

OS JOVENS DE 68 E O MOVIMENTO ESTUDANTIL O CONTEXTO HISTÓRICO, AS OPÇÕES IDEOLÓGICAS E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Antenor Ribeiro Bonfim

Há quarenta anos atrás, a juventude estudantil enfrenta nas ruas as forças da repressão militar e paga um elevado preço por essa ousadia política e libertária. A rebelião por ela deflagrada, idealista e cheia de renúncias e de dor, pseudo-revolucionária e até mesmo ingênua em seus objetivos últimos, fica conhecida como Movimento Estudantil.

Apartado dos partidos políticos e de suas práticas, embora grandemente influenciado por líderes de organizações postas na ilegalidade pela ditadura; crítico e contestador das ações e atividades parlamentares; próximo dos movimentos sociais, mas dado o caráter elitista e transitório de seus integrantes, é sempre por estes visto com ressalvas ou quando não rejeitado - o Movimento Estudantil, com seus equívocos e contradições, constitui, sem dúvida, um dos principais e mais organizados focos de resistência ao Golpe Militar de 64, pelo menos até a edição do Ato Institucional n. 5 (AI 5), em dezembro de 1968. E sua criação não se dá espontaneamente.

Nascidos durante ou logo após a 2ª. Guerra Mundial, os jovens de 68, como estudantes secundaristas ou universitários, se vêm envolvidos em uma guerra permanente de propaganda desencadeada por Estados Unidos e ex-União Soviética, potências líderes dos dois grandes blocos em que o mundo é dividido: o Ocidente capitalista e o Oriente do “socialismo real”. A Guerra Fria, como esse confronto ideológico é denominado, expressa, no plano geral, uma frágil “pax” entre os contendores (sustentada pela ameaça recíproca do holocausto nuclear), mas é permissiva e tolerante com as guerras localizadas e as ditaduras sanguinárias. Assim, Estados Unidos e União Soviética ficam livres para o uso da força em suas respectivas áreas de influência. Desse modo, sob o pretexto da defesa do capitalismo liberal e da democracia, os norte-americanos e seus aliados sufocam movimentos nacionais de libertação e disseminam ditaduras de direita na Ásia, África e América Latina. Mas, apesar do poder bélico que ostentam, se mostram impotentes para conter o avanço dos regimes de modelo soviético, que se instalam no poder em diversos países, e da pregação revolucionária de esquerda, que se propaga por toda parte, encontrando grande aceitação nos meios intelectuais e universitários.

No início da década de 60, os Estados de “estrutura socialista”, governados por partidos-únicos, em nome da ditadura do proletariado, já cobrem um terço da superfície da Terra. A teoria marxista - que propugna a futura sociedade sem classes, igualitária e justa - é a condição facilitadora e motivadora dessa inexorável expansão. Tendo surgido no século XIX, no auge da Revolução Industrial - período em que crianças de 7 a 15 anos trabalham 15 horas diárias, de 5 da manhã até 8 horas da noite, em pé, sofrendo acidentes freqüentes, exaurindo suas forças físicas, caindo pelo chão das fábricas, morrendo precocemente -, o Marxismo oferece uma nova visão crítica da história, da economia e da sociedade. Em razão disso, com suas nuances trotskista e maoísta, penetra fundo no espírito e na consciência dos jovens de 68, então avessos às injustiças, sequiosos por transformações e mudanças, no Estado e na Sociedade, e já inteiramente engajados na luta contra a ditadura. Mas não é apenas o Marxismo que os influencia.

A Igreja Católica, já no final do século XIX, demonstra inconformismo ante a exploração infamante do trabalho humano, no curso da industrialização acelerada. A Encíclica **Rerum Novarum** de Leão XIII, de maio de 1891, embora de forma muito menos contundente que o Manifesto Comunista de 1848, clama por justiça em favor de uma multidão de proletários submetida a “um jugo quase servil”. Em decorrência, no início da década de 60, do século passado,

a Igreja não fica indiferente à propagação das idéias socialistas. João XXIII lança, em 1961, a Encíclica **Mater et Magistra** e, dois anos depois, em 1963, a **Pacem in Terris**. Esses documentos papais aprofundam a doutrina social da Igreja elevando-a a condição de uma verdadeira Teologia da Libertação, apesar de ser a **Populorum progresio** de Paulo VI, editada mais tarde, propugnando o fim do subdesenvolvimento dos povos, que se torna conhecida como a primeira encíclica dessa Teologia. Nessas encíclicas é que os jovens católicos, já engajados na militância política, encontram inspiração e suporte doutrinário que os capacita a disputar, com os estudantes de orientação marxista, a liderança e a hegemonia das teses que vão ditar os rumos e a direção do Movimento Estudantil.

Apesar da abrangência e da predominância dessas duas teorias políticas – o marxismo e o catolicismo progressista -, ainda uma terceira corrente ideológica encontra espaço, em reduzidíssima escala, é verdade, no pensamento contestatário de 68: o Anarquismo. Radicalizando a idéia de liberdade, individual ou coletiva, sem restrição de quaisquer normas emanadas de um poder discricionário, regulamentador, ou seja, de uma autoridade constituída, salvo aquelas oriundas do senso comum e da vontade da comunidade geral, alguns pequenos grupos de estudantes fazem disso uma bandeira de luta contra todas as formas de poder e, obviamente, contra a Ditadura Militar de 1964.

Com esse cabedal teórico, sem maiores aprofundamentos e debates críticos – mesmo porque não há tempo a perder nem liberdade para realizá-los -, a geração estudantil de 68 lança-se à ação política, procurando contribuir com outras forças sociais para a derrubada da ditadura e sonhando com a construção de um Mundo Novo e melhor, a sociedade de justiça e harmonia entre os homens, sem “explorados e exploradores”. E o faz de forma desprendida, com coragem e generosidade, mas também com elevada dose de dogmatismo e intolerância.

Com os gritos de “Abaixo a Ditadura”, “Fim da Guerra do Vietnã e do Imperialismo Ianque”, “Não aos Acordos MEC-USAID”, carregando faixas e bandeiras contendo esses slogans, os jovens de 68 ganham as praças e ruas das cidades brasileiras. No entanto, desarmados, enfrentam, pelo caminho, como era previsível, mais do que simples cassetetes e bombas de efeito moral. Reprime-os a ditadura institucionalizada por leis e decretos draconianos, como a Lei de Segurança Nacional, que a legitimam para o uso da violência física e psicológica, como ato rotineiro de poder, e a inocentam, **a priori**, dos bárbaros crimes que comete. Alguns são mortos. Outros, presos e torturados. Muitos não concluem seus cursos, perdem o emprego ou exilam-se. A maioria - fichada pela polícia política como subversiva, por pensar e agir diferentemente do regime - é excluída da cidadania, pois a ditadura decide que só a exercem os portadores de atestados ideológicos, fornecidos pelo Serviço Nacional de Informações e pelas Delegacias de Ordem Política e Social, os famigerados SNI e DOPS. O Movimento Estudantil, como tal, é aniquilado. A ditadura, revigorada pelo AI 5 e pelo “Milagre Econômico”, irá sobreviver, ainda, por vários anos.

Antenor Ribeiro Bonfim é advogado.

Foi Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná – UFPr, no biênio 1968/69.